



Escola de Administração Fazendária



MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO

Concurso Público - 2009/2010  
(Edital ESAF n. 119, de 7/12/09)

**Provas**  
**2 e 3**

Cargo:  
***Analista de  
Planejamento e  
Orçamento***

Área:  
***Planejamento e  
Orçamento***

**Instruções**

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados, abaixo.

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído; portanto, **não** o rasure e nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra  ***cursiva***, para posterior exame grafológico:

***“Todo homem é o arquiteto de seu próprio destino”***

4. **DURAÇÃO DAS PROVAS: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Nas provas há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.24 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início das provas, de conformidade com o subitem 8.30, do edital regulador do concurso.
12. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**Boa prova!**

## Prova 2 - Conhecimentos Específicos

### PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

- 1 - Com relação aos aspectos demográficos da sociedade brasileira, não é correto afirmar que:
- o declínio na taxa de mortalidade da população, a partir de 1940, deveu-se, especialmente, aos progressos na saúde pública, particularmente no que tange ao controle das doenças epidêmicas.
  - o principal fluxo migratório que caracterizou a economia brasileira, durante o século XX, foi o chamado êxodo urbano.
  - os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-2008), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstraram que, no país, prevalecem expressivas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos e não brancos, áreas urbanas e rurais e diferentes regiões.
  - em decorrência do processo de crescimento populacional, apesar da pequena queda observada no grau de pobreza, o número de pobres aumentou cerca de 13 milhões, passando do total de 41 milhões, em 1977, para 53 milhões em 1999, aproximadamente.
  - o índice de envelhecimento da população, segundo o IBGE, passou de 6,4% em 1960 para 16,8% em 2000.
- 2 - Sob a ótica do desenvolvimento sustentável, indique a opção incorreta.
- O conceito de desenvolvimento sustentável representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.
  - Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países.
  - Ao invés de aumentar os níveis de consumo dos países em desenvolvimento, é preciso reduzir os níveis observados nos países industrializados.
  - O desenvolvimento sustentável depende do reconhecimento de que os recursos naturais são infinitos.
  - Os modelos tradicionais de medição econômica não conseguem abranger os aspectos do desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).
- 3 - O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão governamental articulador da política de assistência ao educando e financiamento do ensino básico. Os principais programas sob sua responsabilidade são, exceto:
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
  - Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
  - Programa Nacional de Bolsa Escola (PNBE)
  - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
  - Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE)
- 4 - Como forma de viabilizar a Estratégia de Desenvolvimento do país, contida na Mensagem Presidencial do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, o governo federal não prioriza:
- as políticas públicas voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda.
  - a elevação da qualidade da educação.
  - o aumento da produtividade e da competitividade.
  - a diminuição do mercado de consumo de massa.
  - a melhoria da infraestrutura, inclusive urbana (em particular nas regiões metropolitanas).
- 5 - Na integração do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, indique qual(ais) instrumento(s) legal(is) explícita(m) as metas e prioridades para cada ano.
- O Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual.
  - A Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - A Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária Anual.
  - A Lei Orçamentária Anual.
- 6 - A Lei n. 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, organizou e disciplinou o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. Identifique qual objetivo faz parte desse Sistema, segundo a referida Lei.
- Formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
  - Administrar as operações de crédito sob a responsabilidade do Tesouro Nacional.
  - Gerir a dívida pública mobiliária federal e a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.
  - Manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou organismos internacionais.
  - Editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública.
- 7 - De acordo com o Decreto n. 6.929/09, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos, exceto:
- avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas.
  - participação direta na formulação do planejamento dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
  - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo.
  - elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais.
  - coordenação da gestão de parcerias público-privadas.

- 8 - Identifique a opção incorreta sob o ponto de vista das teorias de planejamento governamental.
- No caso de uma economia socialista, o planejamento é centralizado e afeta todas as decisões da sociedade e o papel do mercado é minimizado.
  - O Método PES (Planejamento Estratégico Situacional) contrapõe-se ao planejamento tradicional e propõe uma abordagem tecnopolítica do planejamento.
  - Segundo Carlos Matus, planejar está associado à ideia de preparação e controle do futuro, considerando a reflexão sistemática sobre a realidade a enfrentar e os objetivos a atingir.
  - Em uma economia capitalista, predominam as economias mistas, em que prevalece a economia de mercado, mas é reservado um papel importante para o planejamento governamental, seja na promoção do desenvolvimento seja na promoção do bem-estar.
  - A organização e a metodologia para elaboração dos programas do PPA (Plano Plurianual) basearam-se no método PES (Planejamento Estratégico Situacional).
- 9 - Na literatura especializada sobre Avaliação, é comum encontrar referências a dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados, que podem ser traduzidas por exigências de efetividade, de eficiência e de eficácia dos programas de governo. Identifique a opção correta, referente ao princípio da eficácia.
- A eficácia diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos.
  - A eficácia denota competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços.
  - A eficácia remete a condições controladas e a resultados desejados de experimentos.
  - Inúmeros indicadores são utilizados na avaliação de eficácia, especialmente aqueles que relacionam produtos finais com seus custos e com os insumos principais.
  - A avaliação da qualidade do trabalho é uma questão ligada à eficácia, principalmente em certos tipos de realizações, como obras públicas.
- 10- A gestão do Plano Plurianual 2008-2011 observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade. Com relação aos programas do PPA, não é correto afirmar que sua gestão compreenderá:
- a implementação.
  - a revisão.
  - a avaliação.
  - o monitoramento.
  - a revisão de programas destinados exclusivamente a operações especiais.
- 11- Considerando que o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA são os principais instrumentos de planejamento do setor público definidos pela Constituição Federal, é correto afirmar:
- a integração do PPA com a LOA se dá por intermédio do programa, enquanto a LDO define as metas e prioridades da Administração Federal.
  - os principais elementos de estruturação do PPA são a função e a subfunção de governo.
  - as propostas de alteração dos projetos de lei relativos ao PPA, a LDO e a LOA podem ser encaminhadas pelo Presidente da República e apreciadas pelo Congresso a qualquer tempo.
  - os recursos que ficarem sem despesa correspondente em razão de veto ou rejeição do projeto de lei orçamentária deverão ser transferidos ao exercício seguinte.
  - em razão da soberania do Congresso Nacional, a sua competência para alterar o projeto de lei orçamentária não sofre limitações.
- 12- Assinale a opção falsa a respeito da Lei Orçamentária Anual de que trata o art. 165 da Constituição Federal.
- No âmbito do Congresso Nacional, é analisada por comissão mista, cuja atribuição é o exame de matérias de natureza orçamentária.
  - O envio da proposta de lei ao Congresso Nacional é de competência do Presidente da República, para o orçamento do Poder Executivo, e dos chefes dos demais Poderes, para os seus respectivos orçamentos.
  - Em obediência ao princípio orçamentário da exclusividade, não poderá conter matéria estranha ao orçamento.
  - O orçamento de investimento das empresas que a União detenha a maioria do capital votante integra a Lei Orçamentária Anual.
  - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

- 13- Assinale a opção verdadeira a respeito das principais características do orçamento de desempenho.
- a) Processo orçamentário em que os volumes de recursos são definidos em razão das metas a serem atingidas.
  - b) Refere-se ao orçamento em que o maior volume dos gastos está relacionado com a produção de infraestrutura de prestação de serviços públicos.
  - c) Processo orçamentário que se caracteriza por apresentar o orçamento sob duas perspectivas, quais sejam: o objeto de gasto e um programa de trabalho.
  - d) Processo orçamentário em que ocorre a análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas e não apenas das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente.
  - e) Processo orçamentário em que a prioridade dos gastos é definida em razão do critério populacional.
- 14- A respeito da programação qualitativa do orçamento, é correto afirmar:
- a) caracteriza-se pela classificação do orçamento, segundo a natureza econômica da despesa (corrente e capital).
  - b) decorre do agrupamento dos recursos em unidades orçamentárias.
  - c) é representada pela divisão do orçamento em fiscal e de seguridade social.
  - d) é caracterizada pela quantificação dos recursos dos programas e das naturezas da despesa.
  - e) é definida pelo Programa de Trabalho e composta por esfera, classificação institucional, classificação funcional e estrutura programática.
- 15- Assinale a opção que indica uma afirmação verdadeira a respeito da conceituação e classificação da receita orçamentária.
- a) As receitas orçamentárias são ingressos de recursos que transitam pelo patrimônio do poder público, podendo ser classificadas como efetivas e não-efetivas.
  - b) As receitas orçamentárias decorrem de recursos transferidos pela sociedade ao Estado e são classificadas como permanentes e temporárias.
  - c) Todos os ingressos de recursos, financeiros e não-financeiros, são classificados como receita orçamentária, porque transitam pelo patrimônio público.
  - d) As receitas orçamentárias restringem-se aos ingressos que não geram contrapartida no passivo do ente público.
  - e) Recursos financeiros de qualquer origem são registrados como receitas orçamentárias para que possam ser utilizados pelos entes públicos.
- 16- Assinale a opção em que a despesa realizada não pode ser classificada como despesa corrente, segundo dispõe as normas de classificação da despesa no âmbito federal.
- a) Amortização do principal da dívida pública.
  - b) Aquisição de material de consumo mediante suprimento de fundos.
  - c) Pagamento da remuneração a servidores.
  - d) Aquisição de gêneros alimentícios para estoque regulador.
  - e) Pagamento de serviços de manutenção predial.
- 17- Segundo definido no Manual Técnico de Orçamento para o exercício de 2010 – MTO-2010, o sistema de planejamento e orçamento federal é integrado pelos seguintes órgãos:
- a) Todos os órgãos e entidades públicas e privadas que são responsáveis pela aplicação de recursos oriundos do orçamento.
  - b) Unidades setoriais de orçamento de cada ministério ou órgão.
  - c) Aqueles identificados na classificação institucional do orçamento e que relacionam os órgãos orçamentários e suas respectivas unidades orçamentárias.
  - d) Órgãos de programação orçamentária e financeira dos Poderes da União.
  - e) Unidades orçamentárias não relacionadas com estruturas administrativas.
- 18- Segundo dispõe o Decreto n. 2.829/98, a busca de parcerias e fontes alternativas de recursos para os programas fundamenta-se em:
- a) metas e objetivos a serem alcançados.
  - b) objetivos de longo e médio prazos.
  - c) vinculação dos projetos a objetivos e órgãos executores.
  - d) objetivos estratégicos e previsão de recursos.
  - e) metas e seus quantitativos.
- 19- Assinale a opção falsa a respeito do ciclo orçamentário no Brasil.
- a) É um processo integrado de planejamento das ações e compreende a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como a execução e avaliação desses instrumentos.
  - b) É o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual, que se inicia no envio da proposta de orçamento ao Congresso Nacional e se encerra na sanção da lei.
  - c) Na elaboração dos instrumentos que compõem o ciclo orçamentário, o Congresso Nacional tem competência para realizar modificações nas propostas a ele encaminhadas.
  - d) É um processo contínuo, dinâmico e flexível para a elaboração, aprovação, execução, controle e avaliação dos programas do setor público.
  - e) A Comissão Mista de Orçamento tem papel importante nas etapas de elaboração e fiscalização.

20- A respeito da estruturação do orçamento no Brasil, é correto afirmar, exceto:

- a) a classificação por função e subfunção demonstra em que área de governo a despesa está sendo realizada.
- b) a estratégia de realização da despesa é definida pela modalidade de aplicação.
- c) o insumo que se pretende utilizar ou adquirir é definido pela classificação econômica da despesa.
- d) a classificação institucional é definida em dois níveis hierárquicos, a saber: órgão e unidade orçamentária.
- e) o efeito econômico da realização da despesa é definido pelo grupo de natureza da despesa.

### ECONOMIA

21- Assinale a opção incorreta com relação à Teoria Econômica.

- a) A hipótese *coeteris paribus* é fundamental para o entendimento da microeconomia.
- b) A utilidade representa o grau de satisfação ou bem-estar que os consumidores atribuem a bens e serviços que podem adquirir no mercado.
- c) A macroeconomia trata os mercados de forma global.
- d) Oferta é a quantidade de determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir, em um dado período, dada a sua renda, seus gastos e o preço de mercado.
- e) A Curva de Phillips mostra o *tradeoff* entre a inflação e desemprego, no curto prazo.

22- A Macroeconomia divide a Economia em quatro mercados: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado financeiro e o mercado cambial. No mercado de trabalho, são determinadas quais das seguintes variáveis macroeconômicas:

- a) nível de emprego e salário real.
- b) nível de emprego e salário monetário.
- c) nível geral de preços e salário real.
- d) salário real e salário monetário.
- e) nível de emprego e nível geral de preços.

23- A diferença entre Renda Nacional Bruta e Renda Interna Bruta é que a segunda não inclui:

- a) o valor das importações.
- b) o valor dos investimentos realizados no país por empresas estrangeiras.
- c) o saldo da balança comercial do país.
- d) o valor da renda líquida de fatores externos.
- e) o valor das exportações.

24- Quanto ao balanço de pagamentos de um país, sabe-se que:

- a) o saldo total do balanço de pagamentos é igual à soma da balança comercial com o balanço de serviços e rendas e as transferências unilaterais correntes, salvo erros e omissões.
- b) o saldo das transações correntes, se positivo (*superávit*), implica redução em igual medida do endividamento externo bruto, no período.
- c) o saldo total do balanço de pagamentos é igual à soma da balança comercial com a conta de serviços e rendas, salvo erros e omissões.
- d) a conta Capital e Financeira iguala (com sinal trocado) o saldo total do balanço de pagamentos.
- e) a conta Capital e Financeira iguala (com o sinal trocado) o saldo de transações correntes, salvo erros e omissões.

25- Com relação ao Déficit Público, Dívida Pública e Necessidade de Financiamento do Setor Público, aponte a opção incorreta.

- a) O déficit público é uma medida de caixa, ou seja, a mensuração deve ser feita em relação a determinado período de tempo.
- b) O governo pode financiar seu déficit pela emissão de moeda e também por meio da venda de títulos da dívida pública ao setor privado.
- c) O desempenho fiscal pode ser mensurado pelo déficit primário, que é dado pela diferença entre receitas e despesas não financeiras.
- d) A Necessidade de Financiamento do Setor Público corresponde ao conceito de déficit nominal apurado pelo critério "acima da linha".
- e) A Dívida Fiscal Líquida (DFL) é dada pela diferença entre a Dívida Líquida do Setor Público e o ajuste patrimonial.

26- Uma das principais formas de política econômica é a Política Fiscal. Com relação à política fiscal, identifique a única opção incorreta.

- a) Em períodos inflacionários, o imposto progressivo contribui para reduzir o crescimento na renda disponível e na demanda do setor privado.
- b) A ação do governo complementa a ação do mercado no que diz respeito à função estabilizadora, promovendo a alocação de recursos na economia.
- c) A tributação imposta pelo governo aos bens e serviços incide sobre o fluxo dos produtos no sistema de mercado; esta tributação é denominada como indireta.
- d) O mecanismo da tributação, associado às políticas orçamentárias, intervém diretamente na alocação dos recursos, na distribuição de recursos na sociedade, podendo reduzir também as desigualdades na riqueza, na renda e no consumo.
- e) As mudanças demográficas são uma importante variável para explicar as alterações e o crescimento dos gastos públicos, seja pelo acréscimo absoluto da população ou por sua própria distribuição etária.



- 27- Quando muda o nível de juros, todos os mercados da economia são afetados. Uma alta na taxa de juros pode, exceto:
- aumentar o custo de oportunidade de estocar mercadorias, dada a atratividade de aplicar no mercado financeiro.
  - incentivar o ingresso de recursos financeiros de outros países.
  - desestimular o investimento produtivo, pois estimula aplicações especulativas no mercado financeiro.
  - servir de instrumento anti-inflacionário, ao controlar o consumo agregado, seja pelo encarecimento do custo do crédito, seja por estimular aplicações financeiras.
  - diminuir o custo da dívida pública interna.
- 28- Com relação a regimes cambiais, não é correto afirmar que:
- o regime de flutuação das moedas com intervenções esporádicas dos Bancos Centrais para amenizar as oscilações especulativas das taxas de câmbio é chamado de flutuação suja (*dirty floating*).
  - a taxa de câmbio nominal é a taxa à qual se pode trocar os bens e serviços de um país pelos bens e serviços de outro país.
  - a teoria da paridade do poder de compra afirma que uma unidade de qualquer moeda dada tem que poder comprar a mesma quantidade de bens em todos os países.
  - no regime de taxas puramente flutuantes, o Banco Central nem compra nem vende moedas estrangeiras, a taxa de câmbio oscila ao sabor das forças de mercado.
  - a grande vantagem do regime de taxas de câmbio fixas é facilitar a tomada de decisões pelos agentes econômicos.
- 29- O estudo das desigualdades de rendas no Brasil aponta de forma sistemática um elevado grau de desigualdade regional. O indicador usado para auferir o grau de concentração de renda, que consiste em um número entre zero (0) e um (1), em que 1 corresponde à completa desigualdade, é:
- Índice de Laspeyres.
  - Índice de Desenvolvimento Humano.
  - Índice de Gini.
  - Índice de Fisher.
  - Índice de Paasche.
- 30- A economia cafeeira, no Brasil, cedo recebeu o influxo do intervencionismo do Estado. Sobre o ciclo do café, não se pode dizer que:
- ao iniciar o século XX, o café já ocupava o primeiro lugar na pauta de nossas exportações.
  - o aumento da produção do café, no início do século XX, não correspondia às possibilidades de absorção pelos mercados consumidores, por se tratar de produto de consumo inelástico.
  - a partir do convênio de Taubaté, inicia-se um processo de intervenção na economia cafeeira, por meio do mecanismo de "valorização" do café.
  - em 1932, o governo federal incentivou, pelo prazo de três anos, o plantio de café.
  - em 1930, a depressão no mercado internacional de café obrigou o governo brasileiro a intervir fortemente, comprando e estocando café e desvalorizando o câmbio, com o objetivo de proteger o setor cafeeiro.
- 31- Com relação ao desenvolvimento do setor industrial no Brasil, a partir da década de 1930, marque a opção incorreta.
- Uma das características da industrialização substituidora de importações foi a adoção de um modelo de industrialização aberta.
  - As principais dificuldades na implementação do PSI (Processo de Substituição de Importações) foram: a tendência ao desequilíbrio externo, o aumento do grau de concentração de renda, a escassez de fontes de financiamento e o aumento da participação do Estado.
  - O processo de substituição de importação do PSI foi concentrador em termos de renda, em função do caráter capital intensivo do investimento industrial.
  - O período 1940/1950 foi caracterizado pelo início da formação do setor produtivo estatal.
  - Em 1931, foi introduzido o controle de câmbio, com o objetivo de racionar as divisas e cujo efeito indireto foi a proteção do setor industrial.
- 32- Desde a década de 1940, diversos governos utilizaram o planejamento como alavanca para o desenvolvimento nacional. Indique qual dos planos abaixo foi elaborado na fase do "milagre brasileiro".
- Plano SALTE.
  - I Plano Nacional de Desenvolvimento.
  - Plano Plurianual 1996-1999.
  - Plano de Metas.
  - Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

33- Com relação à dívida externa brasileira, não é correto afirmar:

- a) o processo recente do endividamento externo brasileiro inicia-se principalmente em 1968.
- b) no período 1974/1979, em que a dívida externa atingiu, aproximadamente, US\$ 40 bilhões, destacaram-se as captações feitas pelo setor público – este processo ficou conhecido como a estatização da dívida externa brasileira.
- c) no final de 1982, o Brasil foi obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em busca de empréstimos compensatórios e aval para a negociação da dívida externa.
- d) em 1994, o Brasil concluiu um acordo de reestruturação da dívida externa, nos moldes do Plano Brady.
- e) em 1990, foi firmado novo acordo de princípios para negociação da dívida externa, que ficou conhecido como Plano Nacional de Financiamento, aprovado pelo Congresso Nacional.

34- A partir de 1986, a economia brasileira passou por diversos planos de estabilização. Sabendo-se que o Plano Real foi anunciado em junho de 1994, como plano de estabilização da economia, indique a opção falsa com relação ao referido Plano.

- a) O Plano Real partiu do diagnóstico de que a inflação brasileira possuía um forte caráter inercial.
- b) O ajuste fiscal visava equacionar o desequilíbrio orçamentário para os anos subsequentes e impedir que daí decorressem pressões inflacionárias.
- c) Foram criadas fontes temporárias de contenção fiscal, como a receita do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), depois transformado em contribuição (CPMF).
- d) Em 1994, o governo criou um novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV), cujo valor em cruzados seria corrigido diariamente pela taxa de inflação.
- e) O governo anunciou, junto com o plano, metas de expansão monetária bastante restritivas: restringiu operações de crédito e impôs depósito compulsório de 100% sobre as captações adicionais do sistema financeiro.

35- O desenvolvimento, em um mundo globalizado e em uma economia intensiva em conhecimento, não pode prescindir do amplo acesso à informação e ao conhecimento e de políticas voltadas para a conquista de novos espaços na competição internacional. Sob a ótica da globalização, indique a opção falsa.

- a) A economia global é um novo tipo de economia.
- b) A dimensão chave da globalização é a globalização financeira.
- c) O que é preciso para que os países logrem êxito em um contexto globalizado é a educação.
- d) O comércio internacional também é uma dimensão importante na globalização, mas sua expansão é, sobretudo, uma função da internacionalização da produção.
- e) A competitividade é a chave do crescimento industrial e do desenvolvimento em um mundo globalizado.

### Prova 3 - Conhecimentos Especializados

#### TEORIA POLÍTICA APLICADA

36- Karl Marx e Max Weber foram, certamente, os pensadores mais originais dos séculos XIX e XX, respectivamente. As contribuições às Ciências Sociais de ambos ainda geram calorosos debates. A partir da concepção desses autores, destaque aquela afirmativa que não corresponde ao pensamento dos mesmos.

- a) Weber destaca duas acepções de **política**: uma mais geral, entendida como qualquer tipo de liderança em ação, e outra mais restrita, como liderança de um tipo de associação específica, ou seja, em outras palavras, liderança de Estado.
- b) **O poder político** é, para Marx, “a expressão dos antagonismos das classes na sociedade burguesa”.
- c) Para Weber, os **poderes**, em uma dominação tradicional, são determinados, **inter alia**, pela existência de uma esfera arbitrária de graça, aberta a critérios variados, como os de razão de Estado, justiça substantiva, considerações de utilidade, entre outros.
- d) Em relação à **ideologia**, Marx considerava o indivíduo como parte de um todo. O sujeito social é, ao mesmo tempo, produtor e produto deste mundo. Marx avalia o homem, portanto, partindo de sua dimensão especulativa e naturalista para chegar à análise da sua existência e função enquanto integrante de uma classe social em luta com outras classes.
- e) O exercício de **autoridade**, para Max Weber, em estados tradicionais pode ser definido por um sistema de **status**, cujos poderes são determinados, em primeiro lugar, por prescrições concretas de ordem tradicional e, em segundo lugar, pela autoridade de outras pessoas que estão acima de um **status** particular em um sistema hierárquico estabelecido.

37- O termo Estado evoluiu muito em sua utilização desde Maquiavel. Escolha a opção que não está correta.

- a) Bruno Bauer, criticado por Marx em 'A Questão Judaica' (1844), analisa o Estado sob a ótica da emancipação política e critica o Estado religioso. Para Bauer, a religião é uma inimiga da razão e, conseqüentemente, do progresso, pois impede a formação de um bem comum, pautado na comunidade de homens livres, na igualdade de direitos e no desfrute das liberdades, tornando-se necessária sua abolição.
- b) A fundamentação do Estado Rousseauiano é a vontade de todos, que surge do conflito entre as vontades particulares de todos os cidadãos.
- c) Para Marx, é no Estado político que são declarados os direitos do homem, como liberdade, a propriedade, a igualdade e a segurança. No entanto, essa liberdade concedida como direito do homem não se objetiva nas relações sociais. Desse modo, a igualdade política não tem correspondência na igualdade social.
- d) Para Weber, Estado é a entidade que possui o monopólio do uso legítimo da ação coercitiva.
- e) O Estado, para Durkheim, é a instituição da disciplina moral que vai orientar a conduta do homem.

38- A discussão sobre os temas centrais da Teoria Clássica formaram a base da moderna Ciência Política. Assinale a opção correta.

- a) No mundo antigo, a ética estava inextricavelmente atrelada à política, pois que o pressuposto diretor desta era aquele que apontava a associação humana em comunidades políticas, como algo teleologicamente natural. A divisão entre esfera pública e privada, no campo político, não estava muito clara, uma vez que a política era considerada uma extensão dos assuntos particulares.
- b) A filosofia política clássica, sobretudo interpretada pelo sistema teórico platônico, comporta que a finalidade da política é um preceito oriundo da natureza humana, distinguível pelo *logos*, em cumprir a excelência virtuosa, por meio de opções e escolhas que permitam se alcançar o bem comum, sem se preocupar com a essência das coisas.
- c) No Renascimento, o rompimento com o ideal da política clássica se dá com Spinoza, quando este rechaça a moral cristã como fundamento e finalidade da política, teorizando a construção de uma "moral própria" da natureza "passional" humana aplicada ao "como" manter a unidade e logro de um "poder externo" que preveja e conserve os homens em certa direção, evitando o supremo mal da aglutinação irracional de uns contra outros.
- d) Bodin justifica que a instabilidade do conviver humano deve ser erradicada por um poder soberano, indivisível, uno e inalienável, que tenha o condão de evitar o *sumo malus*; mas que, sobretudo, seja forte o suficiente de modo a evitar a anarquia para ele, a ameaça de prevalecer as condições objetivas do que denomina Estado de natureza. Bodin denomina tal Estado de Leviatã.

- e) Os contratualistas Hobbes e Rosseau, bem como o precursor da ciência política, Karl Marx, tiveram seus pensamentos aplicados na estrutura das convenções modernas e, sobretudo, foram responsáveis pelo projeto político sob o qual se vive hoje. A concepção de direito natural, no que toca a um código de preceitos dados ao homem pela razão de assim ser, justificam os limites do império das legislações normativas contemporâneas, notadamente as Constituições.

39- O século XX assistiu ao crescimento sem precedente dos aparelhos burocráticos. Assinale a opção que não é correta acerca da burocracia na perspectiva weberiana.

- a) A burocracia é o tipo tecnicamente mais puro de poder legal.
- b) O funcionalismo por turnos, por sorte e por escolha, a administração parlamentar e por comissões e todas as espécies de corpos colegiais de governo e administração não podem ser considerados um tipo legal, ainda que a sua competência se baseie em regras estatutárias e o exercício do direito governativo correspondente.
- c) As cúpulas mais altas das associações políticas são ou "monarcas" (governantes carismáticos por herança) ou "presidentes" eleitos pelo povo (portanto, senhores carismáticos plebiscitários) ou eleitos por uma corporação parlamentar, onde, em seguida, os seus membros ou, melhor, os líderes, mais carismáticos ou mais notáveis dos seus partidos predominantes, são os senhores efetivos.
- d) A história da evolução do Estado moderno se identifica, em especial, com a história do funcionalismo moderno e da empresa burocrática, tal como toda a evolução do moderno capitalismo avançado se identifica com a crescente burocratização da empresa econômica.
- e) Na época da emergência do Estado moderno, as corporações colegiais contribuíram de modo muito essencial para o desenvolvimento da forma legal de poder, e a elas deve o seu aparecimento, sobretudo o conceito de "autoridade".

40- A discussão sobre A Crise do Estado Contemporâneo apresenta diferentes perspectivas e explicações de acordo com o autor que a analisa. Assinale a afirmativa correta.

- a) Para Gramsci, assim como para Marx, a principal crise do desenvolvimento capitalista que qualquer Estado Contemporâneo enfrenta é a crise econômica.
- b) Para Althusser, e até certo ponto Poulantzas, a função do Estado é formação do consenso, e a natureza de classes do Estado é estruturada pelas relações econômicas dentro do Estado. A crise seria, portanto, reflexo da dificuldade na formação do consenso entre as frações de classes capitalistas.
- c) A perspectiva de Offe, baseada em grande parte na teoria da burocracia de Weber, sugere que o Estado é independente de qualquer controle sistemático da classe capitalista (direto ou estrutural). O Estado é um sujeito "político" no sentido que organiza a acumulação de capital e é também o local das principais crises do capitalismo avançado.



- d) Para O'Connor, a crise do Estado Contemporâneo é essencialmente uma crise fiscal do Estado. A crise do Estado Contemporâneo tem no profundo desequilíbrio fiscal sua expressão econômica mais forte. O'Connor relacionou essa crise à impossibilidade e incapacidade do Estado Capitalista de atender às demandas das grandes empresas oligopolistas, essencial para se legitimar enquanto Estado universal perante toda a sociedade.
- e) Para a visão materialista alemã, representada por Hegel, as crises de acumulação de capital são derivações lógicas do desenvolvimento capitalista concorrencial. A crise é resultado da tendência à queda na taxa de lucro existente no capitalismo. A função essencial do Estado, na perspectiva de Hegel, seria neutralizar a crise capitalista.
- 41- A intermediação de interesses dentro da lei e da ética tem-se constituído em um desafio às democracias contemporâneas. A respeito, assinale a afirmativa correta.
- a) No padrão pluralista, múltiplos grupos de interesse, superpostos e hierarquizados, organizam-se para chamar a atenção dos tomadores de decisão.
- b) Para Schmitter, o modelo corporativo caracteriza-se por ser um sistema de representação de interesse ou de valores ('attitude'), um particular tipo de arranjo institucional, de ligação dos interesses organizados da sociedade civil com as estruturas de decisão do Estado.
- c) Para Offe, a forma e a representação dos interesses organizados são determinadas essencialmente por parâmetros econômicos.
- d) Ao contrário do Corporativismo, o modelo neocorporativo – enquanto arranjo político – estimula a competição e o conflito entre os grupos, inclusive dentro do mesmo setor, favorecendo a variedade de representação dos diversos grupos de interesses.
- e) O Clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve uma troca de benefícios (ou favores) privados, na forma de empregos públicos, benefícios fiscais, isenções e apoio político, sobretudo na forma de voto.
- 42- Uma das maiores obras de análise da estruturação e formação do Estado no Brasil foi 'Os Donos do Poder', de Raymundo Faoro. Assinale a opção que não corresponde ao pensamento de Faoro.
- a) A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam, gradualmente.
- b) O súdito e a sociedade se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiá nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi.
- c) O patrimonialismo estatal, no Brasil, incentivou o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político; para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar.
- d) O brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração ao aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo.
- e) Na peculiaridade histórica brasileira, a camada dirigente atua em nome do interesse público, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal. Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estatal as amacia, doméstica, embotando-lhes a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio.
- 43- Para Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil possui uma série de características em sua formação política que o levaram à sua afirmação célebre: "A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido". Todas as afirmações abaixo estão relacionadas ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, exceto:
- a) já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o "homem cordial". Ou seja, o homem com "boas maneiras", civilidade, que se caracteriza por uma noção ritualista da vida caracterizada pela moderação e racionalidade instrumental, ou seja, de meio e de fins ('ser cordial').
- b) a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós.
- c) é curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental.
- d) em geral, nos países latino-americanos, onde quer que o personalismo – e a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente que, de outro modo, não seria possível.
- e) a fermentação liberalista que precedeu a proclamação da independência constitui obra de minorias exaltadas, sua repercussão foi bem limitada entre o povo, bem mais limitada, sem dúvida, do que o querem fazer crer os compêndios da história pátria.

- 44- A problemática do Federalismo e das relações entre esferas de governo tem chamado cada vez mais a atenção dos formuladores de políticas públicas, particularmente no Brasil. De acordo com um autor de destaque, que tem se dedicado ao assunto, Pierson (1995), o Federalismo e suas instituições estimulam diferentes dinâmicas. Apresente, abaixo, o que não é uma característica ou dinâmica associada ao Federalismo.
- O Federalismo gera, nas políticas públicas, uma relação de autonomia e interdependência entre as esferas de governo, o que, por sua vez, estimula uma alta coordenação das políticas, reduzindo a fragmentação e a competição entre as diferentes unidades da Federação e gerando uma harmonização dos interesses regionais e uma tendência centrípeta.
  - O Federalismo influencia as preferências políticas, as estratégias, e a ação dos atores sociais.
  - O Federalismo e suas instituições estimulam a participação de importantes atores, institucionais, quais sejam, as próprias unidades da federação.
  - O Federalismo gera dilemas previsíveis de formulação de políticas associadas com a tomada de decisão compartilhada.
  - O Federalismo caracteriza-se pela existência de uma dupla soberania, a qual, por ser uma característica central de Estados federativos, acaba por produzir, por sua vez, diversas consequências para o sistema político e para a produção de políticas públicas como um todo no país.
- 45- A discussão sobre qual o nível ideal de regulação sobre a produção tem gerado inúmeros debates e farta bibliografia sobre o tema entre os economistas e os especialistas na área. Assinale qual das seguintes afirmativas não corresponde ao pensamento do Prêmio Nobel (2001) Joseph Stiglitz, acerca da necessidade de regulação do setor financeiro depois da recente crise financeira global.
- Parte da razão pela qual o sistema financeiro estadunidense entrou em crise foi devido ao fato de a regulação existente ser insuficiente ou inadequada.
  - Mercados só funcionam bem quando os ganhos privados estão alinhados com os retornos sociais.
  - Devido às peculiaridades do sistema financeiro, a regulamentação deve ser o mais específica possível para o bom financiamento dos mercados, pois cada país possui seu próprio sistema financeiro e a sua legislação nacional deve refletir as características do seu sistema.
  - O sucesso de uma economia de mercado requer não apenas um bom sistema de incentivo, mas boa informação na forma de transparência e controle social.
  - A assimetria informacional e o acaso moral ('moral hazard') desempenharam um papel de relevo na recente crise financeira global (2007/2009).
- 46- A questão do Capital Social e da Participação Social na Esfera Pública ganhou evidências no meio acadêmico principalmente a partir da publicação do trabalho de Robert Putnam sobre a experiência italiana. Qual a ideia central da sua teoria sobre o funcionamento das instituições democráticas na Itália?
- Putnam identifica uma alta densidade de associações na Itália, e a existência de relações sociais de reciprocidade como as principais premissas de uma democracia vital e do engajamento cívico efetivo italiano. Sem democracia, portanto, não há capital social.
  - O caráter democrático da sociedade civil italiana determinou o desempenho dos governos locais e de suas instituições. Ou seja, democracias tendem a ter um desempenho superior de suas instituições do que regimes autocráticos.
  - A organização social, sustentada por uma rede de associações civis e por formas de cooperação baseadas em regras compartilhadas e em confiança recíproca, mostrou-se fundamental para um bom desempenho das instituições e da eficiência da sociedade italiana e de sua economia, especialmente da região norte do país.
  - A correlação entre engajamento cívico e a performance das instituições governamentais e sociais não está comprovada e ainda que exista em alguns países não pode ser generalizada, variando caso a caso.
  - Diferenças na vida cívica, baseadas em histórias político-institucionais distintas, não podem ser responsabilizadas pelas diferenças em relação ao desempenho das instituições, dos governos e, como consequência, do sistema produtivo nas diferentes regiões da Itália.
- 47- Sérgio Abranches consagrou o termo 'Presidencialismo de Coalizão' para se referir ao sistema político brasileiro em artigo de 1988. Nessa perspectiva, o Poder Executivo se fortalece politicamente com base em grandes coalizões no Parlamento. Para alguns autores, como Fernando Limongi & Argelina Figueiredo, que seguem uma linha mais institucionalista, a Relação de Poderes, no Sistema Político, apresenta as características citadas a seguir, as quais são decisivas para a compreensão do funcionamento do sistema político brasileiro. Assinale a opção que corresponde ao pensamento de Fernando Limongi & Argelina Figueiredo.
- O sistema partidário brasileiro caracteriza-se por ser multipartidário e fragmentado, com partidos frágeis e incapazes de dar sustentação política às propostas do governo.
  - Há falta de governabilidade no Brasil, com o governo dando mostras de ser incapaz de governar.
  - O Parlamento é o centro das decisões do sistema político brasileiro, de onde provêm as orientações e inclusive a origem das políticas públicas que serão adotados pelo Poder Executivo, que é subordinado ao Poder do Parlamento.

- d) Os Deputados atuam de forma pessoal, reforçando o caráter Personalista do sistema político brasileiro, não seguindo a orientação dos líderes partidários.
- e) Há um predomínio do Executivo sobre a produção legislativa. O Poder Executivo é bem-sucedido na arena legislativa porque conta com o apoio sólido de uma coalizão partidária. A disciplina partidária é a norma no Parlamento brasileiro.
- 48- Muito embora a Constituição de 1988 adote em seus princípios a descentralização de algumas políticas públicas, tais como saúde e educação, a realidade, no entanto, demonstrou a dificuldade de colocar tal princípio em prática. Com efeito, o processo de participação institucionalizada por meio de Conselhos apresenta problemas, que exigem da sociedade muita criatividade para enfrentá-los. Entre tais problemas, podem ser citados todos os mencionados abaixo, exceto:
- a) A atuação dos Conselhos, sem base na mobilização social, com a única preocupação de ocupar espaços, pode levar à reprodução de práticas clientelistas e burocráticas.
- b) A idealização do papel dos Conselhos pode criar expectativas exageradas e conduzir a maiores frustrações sobre o seu verdadeiro papel.
- c) A problemática a ser enfrentada pelos Conselhos e pela sociedade civil organizada é por demais complexa e requer maior qualificação para a participação dos Conselheiros nas diversas Políticas Públicas, notadamente aquelas na área social.
- d) Independente de como ocorreu a formação dos Conselhos e o processo de discussão das suas competências, seu papel, sua composição, plano de ação e forma de escolha dos representantes da sociedade, os Conselhos tendem a espelhar a diversidade social, e os Conselheiros a agir com bastante autonomia frente às Instituições que os selecionaram.
- e) A capacidade dos Conselhos Populares de alterar a destinação dos recursos públicos destinados às políticas sociais é relativamente limitada, uma vez que a maior parte das Políticas Públicas tende a ser decidida no centro do sistema, ou seja, pela União e não pelos Estados e Municípios, que possuem um papel mais voltado para a execução do que para a formulação de novas políticas.
- 49- Ao mencionar as características que se destacam **historicamente** nos programas sociais de combate à pobreza no Brasil, dos anos 30 (Vargas) até a Constituição de 1988, Draibe (2006) acaba por distinguir algumas das peculiaridades estruturais das políticas públicas brasileiras, na área social, muitas das quais também encontradas historicamente em políticas públicas de outras áreas. Essas características históricas são:
- a) Relativa Densidade Institucional, Centralização (na União), Fragmentação, Descontinuidade e Ineficácia.
- b) Eficiência, Efetividade, Eficácia e Densidade Institucional.
- c) Clientelismo, Fragmentação, Ineficiência, Falta de Foco e Inexistência de Densidade Institucional.
- d) Centralização, Fragmentação, Descontinuidade e Densidade Institucional.
- e) Ineficácia, Clientelismo, Fragmentação, Foco e Inexistência de Densidade Institucional.
- 50- A relação entre representante e representado é uma das mais complexas da democracia contemporânea. Ainda assim, existem poucos estudos no Brasil que procuram explicar como se dá a referida relação e o que leva o eleitor a votar em um determinado candidato. Jairo Nicolau, em seu trabalho 'Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil (2002)', discute o tema. Suas principais conclusões são todas as abaixo, exceto:
- a) no Brasil, o sucesso de um candidato às eleições para a Câmara dos Deputados depende, entre outros fatores, da atuação do seu partido (que necessita ultrapassar o quociente eleitoral), do desempenho de outros partidos (caso haja coligação) e do número de votos que ele recebeu.
- b) os eleitores acompanham o trabalho do deputado no qual votaram e, na eleição seguinte, usam o voto para recompensá-lo ou puni-lo. Os eleitores dispõem, portanto, de memória em quem votaram e punem com regularidade os deputados que não atuaram à altura de seu mandato, impedindo, na maior parte dos casos, que eles voltem para a Câmara dos Deputados para cumprir um novo mandato parlamentar.
- c) a combinação de lista aberta com a possibilidade de os partidos coligarem-se reduz a previsibilidade dos resultados eleitorais: partidos coligados podem eleger candidatos mesmo sem atingir o quociente eleitoral, candidatos podem aumentar sua votação e não se reeleger, enquanto outros podem obter um número de votos menor e mesmo assim garantir sua reeleição.
- d) a eleição para deputado federal seria, sobretudo, na visão de Nicolau (2002), uma disputa entre parlamentares que se destacaram no mandato (voto retrospectivo) e lideranças que ocupam outros postos políticos ou não e querem entrar para a Câmara dos Deputados (voto prospectivo).
- e) em razão do singular sistema eleitoral utilizado nas eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil (lista proporcional aberta), a imprevisibilidade dos resultados é muito acentuada.

**DIREITO:**

**FINANCEIRO**

51- O federalismo fiscal brasileiro tem, como uma de suas premissas, uma rígida discriminação constitucional de rendas, capaz de assegurar a autonomia financeira das entidades que compõem a Federação. Entre as técnicas de repartição de receitas tributárias, destaca-se a discriminação pelo produto mediante participação direta e indireta na arrecadação. Levando-se isso em consideração, indique a opção correta.

- a) A parcela do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, a que se refere o art. 158, IV, da Carta Magna, pertence, de pleno direito, aos Municípios, mas o repasse da quota constitucionalmente devida pode sujeitar-se a condição prevista em programas de benefício fiscal de âmbito estadual.
- b) A obrigatoriedade das transferências intergovernamentais, sob a forma de participação direta automática, não inibe eventual renúncia ou concessão de incentivos ou benefícios de natureza fiscal incidentes sobre o tributo objeto da repartição constitucional de rendas, tampouco enseja compensação financeira ao ente federativo destinatário da partilha, por não fazer jus este ao repasse integral da parcela que lhe cabe sobre a arrecadação bruta anterior à renúncia de receita correspondente.
- c) As parcelas do ICMS pertencentes aos Municípios, previsto no inciso IV do art. 158 da Constituição Federal, podem ser recebidas sob a forma de títulos públicos, convertidos em moeda corrente nacional, e repassados, a esses, pela Secretaria da Fazenda, no dia do resgate dos certificados.
- d) É vedado ao Estado impor condições para entrega aos Municípios das parcelas que lhes compete na repartição das receitas tributárias, salvo retenção e compensação de verbas municipais com débito de energia elétrica perante sociedade de economia mista.
- e) A forma de cálculo do valor adicionado, para fins de partilha da arrecadação do ICMS fixada no inciso I do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, é matéria expressamente reservada à lei complementar estadual.

52- Acerca das normas gerais de direito financeiro, assinale a opção correta.

- a) A competência para legislar sobre direito financeiro é privativa da União, podendo a lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas.
- b) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre direito financeiro.
- c) A competência para legislar sobre direito financeiro é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, não podendo o Município legislar sobre assuntos de competência concorrente.

d) Inexistindo lei federal sobre normas gerais de direito financeiro, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades; sobrevindo lei federal sobre normas gerais, a lei estadual restará revogada, no que lhe for contrária.

e) A Lei n. 4.320/64 é formalmente ordinária e materialmente complementar.

53- À luz da disciplina constitucional e legal das despesas públicas e do orçamento, é correto afirmar:

- a) as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender manifestação de outras entidades de direito público ou privado, são classificadas como transferências de capital.
- b) a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, é classificada como investimento.
- c) as dotações destinadas à constituição de entidades ou empresas que visem objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias, classificam-se como investimento.
- d) consideram-se subvenções sociais as destinadas a atender despesas de investimentos de instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- e) as leis orçamentárias são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, mesmo em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

54- Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- a) se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão de cada ente da Federação, ultrapassar os percentuais intralimites definidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo do ente respectivo, enquanto o excedente não for eliminado, não poderá obter garantias diretas, indiretas e aval de outros entes, receber transferências voluntárias, bem como contratar operações de créditos, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- b) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por Estado, Município, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, não deve ser excluído do somatório dos gastos com pessoal para efeito de apuração dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) é vedada ao Banco Central do Brasil a emissão de títulos da dívida pública a partir da vigência da Lei Complementar n. 101, de 2000 (LRF).
- d) é vedada a realização de operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da federação para refinarar dívidas contraídas junto à instituição concedente.



## TRIBUTÁRIO

- e) se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite no final de dois quadrimestres, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
- 55- O § 2º do art. 39 da Lei n. 4.320, de 1964, estabelece que Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não-Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de multa de qualquer origem ou natureza, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, indenizações, reposições, restituições e outros créditos decorrentes de obrigações legais ou contratuais. Acerca da Dívida Ativa da União de natureza tributária e não-tributária, é correto afirmar:
- os créditos de natureza tributária, regularmente inscritos em Dívida Ativa, não estão submetidos a sigilo fiscal.
  - as multas impostas pelo Tribunal de Contas da União, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, devem ser inscritas, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, para cobrança mediante execução fiscal.
  - a Dívida Ativa da União será apurada pela Receita Federal do Brasil e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional para fins de cobrança, amigável ou judicial.
  - a apuração pela União, em inquérito administrativo, de danos materiais sofridos pela concessão de aposentadoria fraudulenta, autoriza a cobrança, por execução fiscal, do prejuízo causado ao seu patrimônio, após inscrição em Dívida Ativa da indenização devida a título de reparação dos valores desviados.
  - é legítima a inscrição em Dívida Ativa do valor ilícitamente subtraído dos cofres da União e prescrito como infração penal, pois qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- 56- A lei que veicula a norma tributária impositiva deverá conter os aspectos indispensáveis para que se possa determinar o surgimento e o conteúdo da obrigação tributária. Sobre esta, analise os itens a seguir, classificando-os como falsos ou verdadeiros. Depois escolha a opção que seja adequada às suas respostas.
- O aspecto material da norma tributária diz respeito à situação geradora da obrigação tributária;
  - O aspecto espacial da norma tributária corresponde ao território da pessoa política tributante;
  - O aspecto temporal da norma tributária diz respeito ao momento em que se deve considerar ocorrida a situação geradora da obrigação tributária;
  - O aspecto pessoal da norma tributária diz respeito à pessoa em favor de quem a obrigação tributária deva ser cumprida; e
  - O aspecto quantitativo da norma tributária se refere ao montante devido na obrigação tributária.
- Todos os itens estão corretos.
  - Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
  - Estão corretos apenas os itens I, II, IV e V.
  - Estão corretos apenas os itens II, IV e V.
  - Estão corretos apenas os itens III, IV e V.
- 57- A extrafiscalidade é característica que possuem alguns tributos de permitirem, além da pura e simples forma de ingresso de receitas nos cofres públicos, também de intervirem na economia, incentivando ou não determinada atividade ou conduta do contribuinte. Assinale, entre os tributos listados abaixo, aquele que não possui caráter extrafiscal.
- Imposto sobre produtos industrializados.
  - Imposto sobre importação.
  - Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre combustíveis.
  - Imposto sobre produtos industrializados.
  - Taxa de iluminação pública.
- 58- De acordo com a Constituição Federal, não se pode cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Trata-se do princípio da anterioridade tributária. Entretanto, a própria Constituição estabelece que ato do Poder Executivo pode elevar alíquotas de determinados tributos, como, por exemplo:
- Imposto sobre a renda, imposto sobre produtos industrializados e contribuição social sobre o lucro líquido.
  - Imposto sobre produtos industrializados, contribuição de intervenção no domínio econômico sobre combustíveis e imposto sobre importações.
  - Imposto sobre importações, imposto sobre exportações e imposto sobre a renda.

- d) Imposto sobre importações, imposto sobre a renda e imposto sobre produtos industrializados.
- e) Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre combustíveis, imposto sobre a renda e imposto sobre exportações.
- 59- Sobre o ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte e Comunicação, é incorreto afirmar-se que:
- a) será sempre não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- b) não incidirá sobre o ouro como ativo financeiro.
- c) será sempre seletivo, cobrando-se alíquotas maiores ou menores em função da essencialidade das mercadorias ou serviços (alíquotas mais gravosas para mercadorias e serviços menos essenciais).
- d) não incidirá nas prestações de serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- e) terá suas alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais fixadas por meio de resolução do Senado Federal.
- 60- É sabido que, de acordo com o art. 3º do Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Consoante tal entendimento, é errado afirmar-se que:
- a) as multas pelo descumprimento da obrigação tributária não são tributos, mas consideradas pelo CTN como obrigação tributária, ao lado do tributo, para que se submetam ao mesmo regime de constituição, discussão administrativa, inscrição em dívida ativa e execução dos tributos.
- b) o poder de tributar é prerrogativa do Poder Público, que o faz para custear suas ações no interesse da sociedade. A fiscalização tributária implica exercício do poder de polícia, e somente mediante atividade administrativa pode ser exigido o pagamento de tributo.
- c) ocorrido o fato gerador da obrigação tributária, a autoridade administrativa tem o dever de exigir o cumprimento da obrigação por parte do contribuinte, havendo, no entanto, alguma margem de discricionariedade nesta atividade.
- d) a aquisição de renda e a promoção da circulação de mercadorias com o produto de renda advinda do jogo do bicho, por exemplo, apesar de fatos ilícitos, são passíveis de tributação.
- e) nem toda prestação pecuniária prevista em lei constitui tributo, mas sim toda prestação pecuniária que reúna o conjunto dos requisitos constantes do art. 3º do CTN, como por exemplo o caráter obrigatório.

## CONTABILIDADE GERAL

61- De acordo com a Resolução 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade, foram aprovados os seguintes Princípios Fundamentais de Contabilidade: da Competência; da Prudência; do Denominador Comum Monetário; do Custo como Base de Valor; da Realização da Receita; da Entidade; e da Continuidade.

A afirmativa **“a todo débito corresponde um crédito de igual valor”** se refere ao princípio contábil

- a) da Prudência.
- b) da Competência.
- c) do Custo como Base de Valor.
- d) do Denominador Comum Monetário.
- e) não se refere a nenhum princípio.

62- O empresário Juvenal Bonifácio Silva, ao organizar o que possuía em sua microempresa, acabou encontrando a documentação que comprova a existência de:

Notas promissórias, por ele aceitas (R\$ 200,00) e por ele emitidas (R\$300,00).

Duplicatas, por ele aceitas (R\$ 1.200,00) e por ele emitidas (R\$ 1.100,00).

Salários do período, quitados ou não (R\$ 400,00), e dívidas decorrentes de salários (R\$ 350,00).

Direitos (R\$ 280,00) e obrigações (R\$ 450,00) decorrentes de aluguel.

Dinheiro, guardado na gaveta (R\$ 100,00) e depositado no banco (R\$ 370,00).

Bens para vender (R\$ 700,00), para usar (R\$ 600,00) e para consumir (R\$ 230,00).

Do ponto de vista contábil, pode-se dizer que esse empresário possui um patrimônio líquido de

- a) R\$ 1.280,00.
- b) R\$ 3.580,00.
- c) R\$ 3.180,00.
- d) R\$ 1.480,00.
- e) R\$ 880,00.

63- A empresa Americanas Comercial efetuou uma compra de mercadorias por R\$ 3.000,00, com ICMS de 15%, e vendeu metade dessa mercadoria por R\$ 3.200,00, com ICMS à mesma alíquota e frete de 1% sobre o preço de venda. Sabendo-se que as operações foram realizadas a prazo, o Contador vai apurar um saldo de

- a) Contas a Pagar de R\$ 3.062,00.
- b) Contas a Receber de R\$ 2.720,00.
- c) Mercadorias de R\$ 2.550,00.
- d) Lucro com Mercadorias de R\$ 1.413,00.
- e) ICMS a Recolher de R\$ 480,00.

64- Durante o ano de 2009, a empresa Rondápolis contabilizou os seguintes resultados:

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| Compras de Mercadorias          | R\$ 600,00 |
| Vendas de Mercadorias           | R\$ 970,00 |
| Receitas Não-Operacionais       | R\$ 17,00  |
| Despesas Não-Operacionais       | R\$ 60,00  |
| Reservas de Lucros              | R\$ 20,00  |
| Participação nos Lucros         | R\$ 15,00  |
| Imposto de Renda                | R\$ 30,00  |
| ICMS sobre as Vendas            | R\$ 97,00  |
| Estoque de Mercadorias em 01/01 | R\$ 300,00 |
| Estoque de Mercadorias em 31/12 | R\$ 250,00 |
| Despesas Operacionais           | R\$ 80,00  |

A Demonstração do Resultado do Exercício, elaborada a partir dos valores acima, vai evidenciar um Lucro Líquido do Exercício no valor de

- a) R\$ 100,00.
- b) R\$ 143,00.
- c) R\$ 55,00.
- d) R\$ 152,00.
- e) R\$ 35,00.

65- A empresa Massas e Maçãs S/A listou as seguintes contas para elaborar o seu balanço:

|                                     |              |
|-------------------------------------|--------------|
| 01 - Ações de Outras Companhias     | R\$ 200,00   |
| 02 - Ações de Coligadas             | R\$ 300,00   |
| 03 - Ações em Tesouraria            | R\$ 50,00    |
| 04 - Duplicatas a Pagar             | R\$ 2.000,00 |
| 05 - Duplicatas a Receber           | R\$ 1.800,00 |
| 06 - Duplicatas Descontadas         | R\$ 1.400,00 |
| 07 - Mercadorias                    | R\$ 1.200,00 |
| 08 - Produtos Acabados              | R\$ 800,00   |
| 09 - Máquinas e Equipamentos        | R\$ 1.600,00 |
| 10 - Móveis e Utensílios            | R\$ 1.500,00 |
| 11 - Imóveis                        | R\$ 4.810,00 |
| 12 - Despesas Operacionais          | R\$ 250,00   |
| 13 - Despesas Administrativas       | R\$ 600,00   |
| 14 - Receitas de Vendas             | R\$ 1.700,00 |
| 15 - Receitas Não-Operacionais      | R\$ 660,00   |
| 16 - Custo dos Serviços Vendidos    | R\$ 920,00   |
| 17 - Salários                       | R\$ 180,00   |
| 18 - Fornecedores                   | R\$ 1.400,00 |
| 19 - Provisão p/Devedores Duvidosos | R\$ 120,00   |
| 20 - Provisão para Imposto de Renda | R\$ 370,00   |
| 21 - Capital Social                 | R\$ 5.000,00 |
| 22 - Capital a Realizar             | R\$ 320,00   |
| 23 - Depreciação                    | R\$ 310,00   |
| 24 - Depreciação Acumulada          | R\$ 500,00   |
| 25 - Amortização Acumulada          | R\$ 190,00   |
| 26 - ICMS a Recolher                | R\$ 230,00   |
| 27 - ICMS sobre Vendas              | R\$ 80,00    |
| 28 - Reserva Legal                  | R\$ 1.260,00 |
| 29 - Provisão para FGTS             | R\$ 90,00    |

Na elaboração do Balanço Patrimonial, com os valores acima listados, vamos encontrar um

- a) Ativo Circulante de R\$ 3.680,00.
- b) Ativo total de R\$ 10.000,00.
- c) Passivo Circulante de R\$ 5.490,00.
- d) Patrimônio Líquido de R\$ 5.890,00.
- e) Saldos devedores de R\$ 14.630,00.

*Área para rascunho*

## PÚBLICA

- 66- Assinale a opção verdadeira a respeito do objeto, regime e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público.
- O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público alcança a administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como as autarquias a eles pertencentes.
  - O regime de competência é obedecido tanto para a despesa quanto para a receita, embora a apuração de resultado se dê pelo regime de caixa.
  - Suprimento de fundos, bem como avais, não são objeto da contabilidade aplicada ao setor público em razão dessas operações não afetarem a situação patrimonial líquida do ente.
  - O reconhecimento das variações do patrimônio público ocorre somente nas autarquias em razão de a administração direta não visar lucro.
  - Embora a apuração de resultado possa ocorrer tanto na administração direta quanto na indireta, os ingressos extraorçamentários são reconhecidos somente nesta última.
- 67- Assinale a opção cujo fato administrativo é objeto da contabilidade aplicada ao setor público e que afeta positivamente a situação patrimonial líquida do ente.
- Recebimento, pelo almoxarifado, de material de consumo e a conseqüente liquidação da despesa.
  - Transferência de bens constante do patrimônio para uso em outro ente da administração federal.
  - Confirmação, pelo credor, de cancelamento de dívida antes contabilizada e constante do passivo da instituição.
  - Cancelamento de aval concedido a ente da esfera estadual em razão do pagamento da dívida.
  - Operação de crédito de longo prazo mediante colocação de títulos no mercado.
- 68- A inscrição de restos a pagar não processados é uma operação que, ao ser reconhecida pela contabilidade, afeta os seguintes sistemas de contas contábeis:
- sistema patrimonial, quando a despesa se referir à aquisição de equipamentos.
  - sistema financeiro e patrimonial, se o gasto puder ser pago com recursos financeiros arrecadados no exercício.
  - sistema patrimonial e orçamentário, quando a inscrição ocorrer dentro do exercício.
  - sistema orçamentário somente e financeiro.
  - sistemas patrimonial, orçamentário, financeiro e compensado.
- 69- Assinale a opção verdadeira a respeito da contabilização da previsão da receita e fixação da despesa orçamentária.
- A previsão da receita modifica negativamente a situação patrimonial enquanto a despesa afeta positivamente.
  - Ambas as operações são registradas em contas do compensado e não afetam a situação patrimonial líquida do ente público.
  - A situação patrimonial do ente permanece inalterada somente quando a receita é corrente e a despesa é de capital.
  - As despesas de capital, por não afetarem a situação patrimonial líquida do ente, não têm sua previsão registrada pela contabilidade.
  - A estimativa das receitas de capital é reconhecida pela contabilidade somente no ato de recolhimento.
- 70- Assinale a opção falsa a respeito das demonstrações contábeis (balanços) de que tratam os arts. 101 a 106 da Lei n. 4.320/64.
- O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
  - As receitas orçamentárias realizadas são evidenciadas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro.
  - O montante dos restos a pagar inscritos no exercício integra a despesa realizada no Balanço Orçamentário.
  - A função do Balanço Financeiro é evidenciar a despesa e a receita orçamentária, bem como pagamentos e recebimentos de natureza extraorçamentária, inclusive o recebimento de bens.
  - A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio, inclusive as de natureza extraorçamentária.